

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO****Aviso n.º 15980/2023**

*Sumário:* Aprova a alteração ao Regulamento OPJ — Orçamento Participativo Jovem do Município de Vila Nova de Famalicão.

**Aprova a Alteração ao Regulamento OPJ — Orçamento Participativo Jovem do Município de Vila Nova de Famalicão**

Mário de Sousa Passos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, torna público que, em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, na sua reunião extraordinária realizada em 7 de julho de 2023, deliberou aprovar a alteração ao Regulamento OPJ — Orçamento Participativo Jovem do Município de Vila Nova de Famalicão, no que concerne às referências a «Orçamento Participativo Jovem — Impulsiona Jovem» e «OP — Impulsiona Jovem», as quais devem entender-se como feitas, respetivamente, a «Orçamento Participativo Jovem» e «OPJ», bem como em relação ao artigo 3.º, à epígrafe do Capítulo II, à epígrafe do artigo 5.º, aos artigos 7.º e 8.º, à epígrafe do Capítulo III, aos artigos 10.º, 11.º, 12.º, 14.º, 15.º, 16.º, 18.º e 20.º e à revogação do artigo 13.º e do Capítulo IV, com a epígrafe «Apresentação e votação das propostas», mantendo-se, porém, em vigor os seus artigos, após deliberação da Câmara Municipal de 22 de junho de 2023 e decorrido o prazo de consulta pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, para apresentação de propostas de correção, alteração ou inovação.

Cumpridas todas as formalidades legais, a seguir se publica a citada alteração que entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da República Portuguesa.

25 de julho de 2023. — O Presidente da Câmara Municipal, *Mário Passos*, Prof. Doutor.

**Alteração ao Regulamento OPJ — Orçamento Participativo Jovem do Município de Vila Nova de Famalicão**

O presente aviso procede à alteração do Regulamento OPJ — Orçamento Participativo Jovem do Município de Vila Nova De Famalicão, no que concerne às referências a «Orçamento Participativo Jovem — Impulsiona Jovem» e «OP — Impulsiona Jovem», as quais devem entender-se como feitas, respetivamente, a «Orçamento Participativo Jovem» e «OPJ», bem como em relação ao artigo 3.º, à epígrafe do Capítulo II, à epígrafe do artigo 5.º, aos artigos 7.º e 8.º, à epígrafe do Capítulo III, aos artigos 10.º, 11.º, 12.º, 14.º, 15.º, 16.º, 18.º e 20.º e à revogação do artigo 13.º e do Capítulo IV, passando a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

[...]

1 — Ao OPJ é atribuído um montante global, definido em cada ano pela Câmara Municipal e inscrito no Orçamento Municipal respetivo.

2 — As Normas do OPJ de cada ano podem prever que uma percentagem ou montante fixo do montante global referido no número anterior seja afeto a um determinado tipo de projetos.

3 — A Câmara Municipal compromete-se a executar os projetos vencedores do OPJ no ano subsequente ao da realização do processo das respetivas candidaturas.



CAPÍTULO II

Participação

Artigo 5.º

Participantes

[...]

Artigo 7.º

Fases do processo

1 — O OPJ tem um ciclo anual composto pelas seguintes fases:

- a) *(Revogada.)*
- b) *(Revogada.)*
- c) [...];
- d) [...];
- e) [...];
- f) [...];
- g) Decisão Final e divulgação dos resultados;
- h) *(Revogada.)*

2 — A calendarização das diferentes fases do processo está definida nas Normas do OPJ de cada ano.

Artigo 8.º

[...]

- 1 — [...].
- 2 — *(Revogado.)*
- 3 — [...].

CAPÍTULO III

Funcionamento

Artigo 10.º

[...]

1 — A forma e as condições de apresentação das propostas serão definidas nas Normas do OPJ de cada ano.

- 2 — [...].
- 3 — [...].

Artigo 11.º

[...]

- 1 — [...].
- 2 — A composição da “Comissão de Análise Técnica” é da competência da Câmara Municipal e é definida nas Normas do OPJ de cada ano.



Artigo 12.º

[...]

1 — [...].

2 — [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) [...];

g) [...];

h) [...];

i) [...]

j) Não respeitem as Normas do OPJ a vigorar em cada ano.

3 — Não obstante o disposto na alínea b), do n.º 2, do presente artigo pode, exceçãoalmente e devidamente fundamentada pelo seu carácter de necessidade, ser admitida uma proposta que ultrapasse o montante da respetiva dotação orçamental, de acordo com a disponibilidade financeira.

4 — (Anterior n.º 3.)

5 — (Anterior n.º 4.)

a) Submetida a audiência prévia dos interessados para que, no prazo estabelecido nas Normas do OPJ de cada ano, estes possam pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão;

b) Após este prazo, a lista torna-se definitiva e é submetida à fase de votação.

6 — A lista definitiva das propostas aprovadas e excluídas é aprovada pela Câmara Municipal, sob proposta da “Comissão de Análise Técnica”.

7 — A lista definitiva é divulgada nos termos definidos nas Normas do OPJ de cada ano.

8 — As decisões da “Comissão de Análise Técnica” devem ser fundamentadas.

Artigo 13.º

(Revogado.)

CAPÍTULO IV

(Revogado.)

Artigo 14.º

[...]

1 — Todas as propostas aprovadas serão objeto de publicitação na página eletrónica do Município para efeitos de conhecimento e consulta.

2 — As propostas aprovadas serão apresentadas publicamente pelos proponentes.

3 — As condições para apresentação pública das propostas são definidas nas Normas do OPJ de cada ano.

Artigo 15.º

Votação das propostas

1 — [...].

2 — O local, a data, a forma e os procedimentos de votação serão definidos nas Normas do OPJ de cada ano.



3 — A votação das propostas aprovadas ocorre em plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito ou através de outros meios definidos nas Normas do OPJ de cada ano.

4 — *(Revogado.)*

5 — *(Revogado.)*

6 — Cada participante pode votar apenas uma vez.

#### Artigo 16.º

##### Decisão Final e divulgação dos Resultados

1 — Os projetos mais votados, até ao limite da verba definida para cada edição do OPJ, que reúnam o número máximo de votos e as condições definidas nas Normas do OPJ de cada ano, são vencedores.

2 — Em caso de empate na votação, o critério de desempate é a idade mais nova do participante na apresentação do projeto.

3 — Os projetos mais votados são apresentados publicamente nos termos definidos nas Normas do OPJ de cada ano.

4 — *(Revogado.)*

5 — *(Revogado.)*

6 — [...].

#### Artigo 18.º

[...]

As omissões ou dúvidas relativas à interpretação do presente Regulamento são resolvidas, nos termos legais, por deliberação da Assembleia Municipal.

#### Artigo 20.º

[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — As Normas do OPJ aplicáveis à edição de cada ano são aprovadas pela Câmara Municipal.»

316727516